

UMA REFLEXÃO SOBRE O CONTEXTO E CONCEPÇÃO DO ESPAÇO-ESCOLA NAS DÉCADAS DE 1920-30 EM FORTALEZA

Zilsa Maria Pinto Santiago
Faculdade de Educação/Núcleo de História e Memória/
Universidade Federal do Ceará
zilsa@ufc.br

Palavras-chave: *Arquitetura Escolar, História da Educação, Instituições Escolares*

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado em curso. A proposta se apresenta devido à necessidade que se observou da investigação histórica sobre o espaço escolar, tendo como recorte espacial e temporal, a cidade de Fortaleza nas décadas de 1920-30. Os estudos de instituições escolares representam, hoje, um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação. Tais estudos privilegiam a cultura escolar considerada na sua materialidade e nos seus vários aspectos (NOSELLA E BUFFA, 2005).

As normas e práticas referentes à cultura escolar são complexas e variam no espaço e no tempo, encontram-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las a partir de aspectos considerados pelos autores como categorias de análise, onde dentre eles figura o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações.

Neste sentido, este trabalho se insere no campo de estudo e análise histórica da arquitetura escolar e da educação, fazendo a conexão com os movimentos pedagógicos e o contexto social, tendo as instituições públicas do município de Fortaleza nas décadas de 1920-30 o campo principal de investigação.

Buscando marcos na periodização da historiografia da Educação, encontraremos que no Brasil e conseqüentemente no Ceará, as primeiras iniciativas de implantação do ensino primário e dos demais graus do sistema escolar decorrem das atividades dos jesuítas. Depois da expulsão dos mesmos, o primeiro instrumento legal de importância para a educação foi a Constituição outorgada em 1824, onde se previa a instrução gratuita para todos. Utilizando-se a terminologia utilizada em Vieira (2002), do ponto de vista de ‘promessa’ e ‘fato’, esta lei estaria situada na ‘promessa’ de boa intenção, pois comentários de Azevedo (apud Vieira, 2002), a respeito da aplicação da lei apontam para o fracasso devido a várias causas, econômicas, técnicas e políticas.

A historiografia da educação no Ceará no final do século XIX e primórdios do século XX é reduzida quando se trata da arquitetura dos prédios escolares. Normalmente as pesquisas e conteúdos bibliográficos dizem respeito à problemática intrínseca da educação: enfoques ideológicos, tendências pedagógicas, movimentos sociais e políticos, educação e trabalho, formação e aperfeiçoamento de professores, financiamento da educação, ou se referem a relatos, histórias de vida. Rara é a informação sobre o ambiente escolar.

Algumas referências são encontradas sobre o assunto nas publicações dos Encontros Cearenses de Historiadores da Educação promovidos pelo Núcleo História, Memória e Política Educacional, do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC, que reúne pesquisas voltadas à História e Memória da Educação, contemplando por vezes, diferentes aspectos de instituições escolares.

Encontram-se, também, referências sobre aspectos gerais da educação e relativo ao sistema educacional no final do séc. XIX em Castelo (1970), onde se encontram comentários sobre os prédios escolares no relatório do Presidente da Província do Ceará. Denotavam a preocupação para que estes seguissem regras de arquitetura, de estilo simples, mas de real elegância, servindo de estímulo ao gosto. A Instrução Pública de 1888 estabelece ainda normas para construções de edificações e condições mínimas para os prédios contratados, pois era comum a escola funcionar em prédios alugados.

A pesquisa, em andamento, abrange duas temáticas distintas, porém, correlacionadas: a História da Educação, refletindo sobre vários aspectos desta história, quanto aos movimentos e às políticas da educação focando a educação básica nas décadas de 1920-30, e a Arquitetura, especificamente a Arquitetura Escolar.

Algumas indagações são feitas sobre esta relação da arquitetura e educação. O diálogo entre questões pedagógicas e a arquitetura existe? Em que época este diálogo aconteceu com maior amplitude ou deixou de existir? Até onde a configuração dos espaços escolares é dimensionada pelo sistema educacional e pelas imposições do contexto político-econômico nacional e local? Se um projeto arquitetônico é elaborado tendo em vista espaços para atender a determinados métodos pedagógicos e estes não são definitivos, como o espaço construído pode continuar atendendo a métodos que exigem novas especificidades e novos espaços? A arquitetura tem princípios intrínsecos que podem atender a diferentes funções, dentre elas a educação? A grande questão que se impõe é “A arquitetura do edifício-escola, embora esteja colocada em segundo plano nos sistemas de organização escolar, é um reflexo da proposta pedagógica e do contexto político-econômico vigente?”

Buscando respostas a estas indagações, parte-se de algumas suposições: 1) Através da análise da arquitetura das escolas e do seu programa, envolvendo a existência ou não de certos elementos, a relação de distribuição dos internos e externos será possível fazer uma leitura de alguns aspectos da educação, como por exemplo, a valorização da leitura, através da existência e da localização da biblioteca (BENCOSTTA, 2005), o papel do esporte na educação, através dos espaços livres e/ou quadras esportivas; 2) A localização da escola e sua implantação no terreno nos apontam fatores implicados com o projeto arquitetônico, mas também todo um sistema articulado de poder; 3) A integração do sistema educacional com os movimentos pedagógicos e a ação no campo da arquitetura escolar dentro de um contexto político-econômico favorável permitirão o aprimoramento e a melhoria na qualidade dos espaços da e na educação.

A temática evidenciada neste projeto revela a importância social do estudo das relações de educação e os processos utilizados na arquitetura das instituições escolares, visto que pela análise dos diversos contextos históricos, verifica-se a influência e a ênfase ou não, que é dada ao edifício-escola e sua relação com a cidade, ou com o bairro, com a comunidade e os aspectos simbólicos que representam para a população cada uma destas instituições.

O principal objetivo desta pesquisa é investigar os nexos existentes entre os movimentos pedagógicos, os ciclos político-econômicos e as edificações escolares

públicas de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, tendo como marco de referência a reforma educacional de 1922.

Pretende-se, ainda, como objetivos específicos, entender as tendências pedagógicas, identificar e analisar prédios escolares mais representativos deste período na cidade; reconstituir a memória material das instituições de ensino público deste período em Fortaleza.

1. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizada é a pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que o principal período de estudo situa-se nas décadas de 1920-30, portanto, requer o uso de fontes da época em foco. Além do estudo de caso, busca-se o conhecimento geral em torno do universo das escolas de Fortaleza e identificação de exemplares capazes de permitir uma compreensão ampla e representativa do momento histórico anteriormente mencionado.

Visto que a pesquisa busca a memória de um tempo passado próximo (primeiras décadas do século XX) é, portanto, uma pesquisa histórica, e como tal, tem características de uma pesquisa descritiva, enquanto levantamento sistemático de fatos/processos escolhidos, no caso a cultura material (prédios escolares) bem como explicativa, quando busca o porquê dos fatos referentes às conexões das tendências pedagógicas e contexto político-social e seus reflexos na arquitetura escolar, ou vice-versa. A pesquisa, segundo as fontes de dados, tem etapa bibliográfica, em fontes documentais e de campo.

A metodologia é dividida em duas etapas de procedimentos. A primeira etapa representa a fase de levantamento de dados e conhecimento teórico. Coleta esta documental, abrangendo legislação, relatórios governamentais, relatórios escolares, além de discursos oficiais e levantamento historiográfico sobre os dois assuntos: a história da educação no Ceará, tendo como base a história da educação brasileira e o contexto político econômico e a arquitetura escolar inserida nos movimentos de arquitetura.

A segunda é caracterizada por estudos de caso e análise do material coletado. Nesta fase, serão utilizadas fontes arqueológicas, que contribuem para entender melhor o que dizem as fontes literárias e arquivísticas, bem como para melhor explorar as diferenças e contradições entre as fontes; as fontes da história oral, na realização de entrevistas com pessoas envolvidas com a educação, com a gestão dos projetos e planos de ação pedagógica das Secretarias de Educação, professores, educadores que fizeram e/ou fazem parte do quadro de conselheiros do Conselho Educação do Ceará (CEC); fontes primárias (documentos em arquivos públicos e pessoais; relatórios; fotografias; projetos arquitetônicos, dentre outros).

Outro ponto característico desta pesquisa é a análise projetual e observação *in loco*, com registro fotográfico e levantamento gráfico das instituições escolares selecionadas como representativas do período em estudo. Estas escolas são instituições públicas que tiveram seus prédios construídos com a finalidade de funcionamento de instituição escolar partir da Reforma de 1922.

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, os resultados podem vir a contribuir para a história da arquitetura escolar, visto que feito o resgate da memória dos edifícios escolares, bem como das mudanças decorrentes tanto das práticas pedagógicas como do sistema educacional, além das transformações tecnológicas utilizadas na Arquitetura, possam apresentar subsídios para outras pesquisas nas áreas de conhecimento

envolvidas, uma vez que esta é uma abordagem ainda pouco trabalhada no âmbito das pesquisas acadêmicas locais.

2. SOBRE OS MOVIMENTOS DA ARQUITETURA NO PERÍODO DE 1920-30

Até o momento, a pesquisa faz uma primeira aproximação com o conceito de “tipo”¹, conceito este que será desenvolvido, em paralelo à pesquisa, onde ainda são necessárias leituras sobre o assunto, levando ao estudo específico da tipologia da arquitetura escolar. Outro aspecto relativo à análise da arquitetura, além da morfologia é a vinculada aos movimentos de arquitetura, também denominados estilos ou ordens decorativas, para se verificar até que ponto os tipos arquitetônicos perpassam aos estilos.

Sobre os estilos arquitetônicos, trato aqui em especial do Movimento tradicional que se destacou entre os anos de 1920/22 com maiores repercussões no então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro.

2.1 O MOVIMENTO NEOCOLONIAL

No Brasil, o século XIX caracterizou-se por uma abertura à cultura européia em geral, e à francesa em particular. Isto é evidenciado no Rio de Janeiro, onde a população de cultura mediana convivia com a cultura francesa através do teatro, da literatura. Neste período, a elite brasileira, de um modo geral, aspira aos valores culturais europeus e as noções vigentes de modernidade e de civilização, manifestados nos costumes, nas artes, na moda, com destaque para a arquitetura. Deste modo, a arquitetura colonial era considerada ultrapassada, devendo ser esquecida em nome do progresso, motivo pelo qual muito do patrimônio histórico colonial do Rio de Janeiro foi demolido.

Além do estilo francês, outras tendências surgem no cenário das artes e da arquitetura, como o Ecletismo, que acreditava poder desenvolver uma linguagem nova a partir das qualidades de diversas outras (CZAJKOWSKI, 2000). Dentro desta diversidade de estilos surge o movimento que nega esta importação de estilos e busca as raízes nacionais, justamente no período colonial. Este passa a ser visto sob outro prisma, dando origem ao movimento tradicional ou neocolonial.

Este movimento teve por base a arquitetura do período colonial, e ocorreu também em vários países da América Latina, numa espécie de nacionalismo em oposição às novas idéias chegadas da Europa, como diria Santos (1977: 98),

[...] preconizando como que uma independência da cultura, cada qual procurando reviver formas senão autóctones, pelo menos caldeadas no Novo Mundo ao tempo da colonização – algumas repúblicas como o México e os Estados Unidos chegando a exortar essas formas (“Mexicano”, “Californiano”, “Mission Style”)

O movimento neocolonial inicia-se no Brasil com o engenheiro português Ricardo Severo, radicado em São Paulo desde 1902. Além de conferências proferidas por ele, a construção de sua própria residência no estilo neocolonial, bem como a de outras residências da elite de São Paulo, foi um marco na produção desta arquitetura. Bruand descreve esta arquitetura moldada no emprego sistemático de elementos reconstituídos da arquitetura civil portuguesa dos séculos XVII e XVIII:

Varandas sustentadas por simples colunas toscanas, telhados planos com largos beirais, feitos de telha canal e tendo, nos vértices, uma telha em forma de pluma virada para cima (lembrando a moda do exotismo chinês do Século das Luzes), rótulas e muxarabis de longínqua origem muçulmana, azulejos fabricados diretamente no Porto, recobrando as paredes das varandas (BRUAND, 1981: 53)

Embora o movimento neocolonial tenha se iniciado em São Paulo, é no Rio de Janeiro que vai encontrar ambiente propício para seu maior desenvolvimento, isto porque o médico José Mariano Filho impulsionou o movimento e levou a uma amplitude maior que na capital paulista. Embora não sendo arquiteto, sua riqueza e prestígio postos em favor do que chamava “a causa da nacionalidade”, fez do movimento neocolonial sua bandeira. Teve grande influência sobre os arquitetos no período em que foi diretor da Escola de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro.

José Mariano Filho teve injunção também na administração pública e no setor educacional. Inscrevendo-se na 2ª Conferência Nacional de Educação em Belo Horizonte, defendeu a tese em favor do reconhecimento oficial da arquitetura brasileira tradicional, a começar pelos prédios escolares. O que de fato se concretizou na administração de Prado Junior e Fernando de Azevedo, onde os prédios institucionais foram de inspiração neocolonial (OLIVEIRA, 1991).

A mais importante realização oficial no estilo neocolonial conforme Bruand (1979) foi a Escola Normal do Rio de Janeiro (posteriormente Instituto de Educação) construída no período de 1926 a 1930. Em decorrência do movimento nacionalista dito neocolonial que impulsionou as pesquisas sobre arquitetura colonial surgiu o processo de inventários do patrimônio histórico cultural no país.

3. A ARQUITETURA ESCOLAR E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL

Na Primeira República, apesar da continuidade do sistema político elitista, surgiu uma relativa abertura para se iniciar uma participação popular nos processos políticos do país. No campo da educação, segundo Ghiraldelli (1992), basicamente três correntes pedagógicas distintas formaram o cenário das lutas político-pedagógicas da Primeira República: a Pedagogia Tradicional; a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária.

O autor considera que as mesmas podem ser vistas associadas a três vertentes sociais: a Pedagogia Tradicional – aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e a Igreja; a Pedagogia Nova – emergiu dos movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade; e a Pedagogia Libertária – ao contrário das outras, se vinculou a intelectuais com projetos ligados aos movimentos sociais populares.

A Pedagogia Tradicional Brasileira segue, de certa forma, estes princípios, mas de fato se compôs das teorias pedagógicas modernas americanas e alemãs, com substrato comum no herbartismo², como também do educador suíço Johann Henrich Pestalozzi (1746-1827). A Pedagogia Tradicional foi amplamente disseminada até o início do século XX, pois entre o início e os anos 20 ganha espaço no cenário da educação a Pedagogia Libertária³, e a partir de meados dos anos 20 pela Pedagogia Nova.

Ainda citando Ghiraldelli (1992), este afirma que a Pedagogia Libertária teve duas vertentes divulgadas no Brasil: Educação Integral - ligada ao nome do anarquista

Paul Robim (1837-1912) e a Educação Racionalista – ligada às obras de Ferrer. A Educação Integral não chegou a se enraizar, enquanto que a Educação Racionalista deu origem às escolas modernas no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belém do Pará.

A Escola Moderna de Barcelona, fundada pelo próprio Ferrer, influenciara as ditas “escolas modernas” que já aconteciam nas primeiras décadas do séc. XX no Brasil. A Escola Moderna procurava desenvolver uma co-educação em amplo sentido, no convívio de meninos e meninas; convívio de elementos de distintas classes sociais; era laica, mas era “laicismo combatente”, enfim, primava por um ensino de “base racional e científica”, com o contato com a natureza; com ênfase na criatividade; na livre expressão; produção de textos críticos e métodos experimentais.

Quanto ao sistema de organização da rede escolar na Primeira República, uma descrição sucinta é encontrada em Lemme (apud Ghiraldelli, op. cit.), onde descreve que escolas públicas eram freqüentadas por filhos de famílias de classe média, que os ricos contratavam preceptores estrangeiros na maioria, tinham aula em casa ou freqüentavam escolas particulares ou religiosas das principais capitais, zonas rurais, professoras sem formação atendiam as escolas precárias. Na opinião do autor, não havia uma rede de escolas públicas, a que existia atendia às classes mais favorecidas economicamente.

Em relação aos prédios escolares, Segawa (1986) comenta que, neste período, se tem uma visão fragmentada sobre equipamento escolar. Segundo o mesmo autor, o arquiteto Vilanova Artigas, seria o primeiro arquiteto a desenvolver considerações abrangentes sobre a questão, Günter Weimer trataria das escolas imbricadas no positivismo republicano do início do séc. XX no Rio Grande do Sul, enquanto que em São Paulo, se estabeleceria o programa regular de estudos sobre as escolas públicas construídas até 1920 pelo CONDEPHAAT⁴.

No período da Primeira República, rara é a informação sobre o ambiente escolar no Ceará. As referências encontradas sobre o assunto, em sua maioria são de autoria de profissionais de outras áreas que não a Arquitetura (CASTELO, 1970; CAVALCANTE, 2000; 2002; CAVALCANTE, et all, 2005; GIRÃO, 1945; OLINDA, 2005; VASCONCELOS, et all, 2006).

Faria Filho (2000), afirma que apesar do debate sobre constituição de espaços dedicados ao ensino e a fixação de tempos de permanência na escola acontecessem desde a segunda metade do século XVIII, somente em meados da última década do século XIX, devido à dificuldade da administração e fiscalização das escolas isoladas e da condição para trabalhar com os novos materiais didático-pedagógicos (globos, livros, carteiras e outros) não se podia continuar a adaptar espaços. Aliado a isto o desenvolvimento da ciência e o higienismo se realizariam as primeiras manifestações concretas de espaços escolares no formato de grupos escolares.

O mesmo autor aponta que a construção dos grupos escolares iniciada em São Paulo foi uma demonstração dos republicanos na busca de afirmação do projeto republicano que teve na educação ponto forte de apoio. Buffa (2002) confirma que os políticos republicanos e educadores passaram a defender a necessidade de espaços especialmente construídos para serem escolas. Comenta ainda, que o estabelecimento do vínculo entre edifício-escola e concepções educacionais surge quando a escola primária começa a ter a organização em classes seqüenciais, exigindo uma nova organização do espaço escolar. Vai acontecer o que Lopes (In Vidal, 2006) relata no seu trabalho sobre os grupos escolares do Piauí, a mudança da casa-escola para o grupo escolar, com novas funções e exigências espaciais, como por exemplo a diretoria e a portaria. Esta nova organização administrativo-pedagógica da escola primária implica, segundo Viñao (2001), na criação de um espaço de natureza própria, e a aceitação desta necessidade,

foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças e tendências, incluindo a profissionalização do trabalho docente.

Esse processo era semelhante nos países europeus e nos Estados Unidos, onde, segundo Buffa (op.cit., p.19), “o manual *School Architecture*, escrito em meados do século XIX, por Henry Barnard, contribuiu para divulgar a nova concepção de que os prédios escolares deveriam ser cuidadosamente planejados com a participação de educadores”.

O sistema de seriação das classes elementares vai induzir a construções escolares dentro de um espírito de organização de uma rede escolar pública distribuída na malha urbana, tendo início em São Paulo desde 1893. Nesta organização do ensino as concepções pedagógicas iniciais ainda prevaleciam a pedagogia tradicional: princípios de simplicidade; formalismo; memorização; autoridade; emulação e intuição (Saviani, 2007).

Esta nova representação da escola, que agrupava num só espaço as escolas isoladas, constitui-se para a população como uma força simbólica na forma dos Grupos Escolares, uma presença marcante na cidade. Conforme Vidal (2006, p. 9),

Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais).

Dominou nestas primeiras construções a utilização de “projetos-tipo”, ou seja, o mesmo projeto que se repetia em vários bairros e cidades do interior de São Paulo. Esta preferência pelo “projeto-tipo” de porão alto se justificava pela possibilidade de implantação do projeto em diversas situações topográficas, bem como por proporcionar agilidade na construção. Na maioria destes projetos era utilizada a mesma planta e só modificavam o desenho das fachadas. Buffa descreve-os como sendo

[...] edifícios quase sempre térreos, divididos em duas alas, uma para meninos, outra para meninas, conforme exigia regimento dos grupos escolares, com entradas independentes e muros que se prolongam até o fundo do lote, separando também os recreios. (op. cit., p. 37).

Até 1920, os prédios dos Grupos Escolares como também o da Escola Normal de São Paulo, segundo Buffa (2002) ainda traziam as características arquitetônicas do neoclassicismo e ecletismo. Nesta década, o movimento dos republicanos e educadores amparados pela preocupação com os princípios higienistas e sanitaristas de um período marcado por epidemias contagiosas, faz com que a Comissão de Obras Públicas de São Paulo se constituísse de equipe multidisciplinar, dentre eles educadores, administradores, engenheiros, arquitetos, médicos e higienistas. Os novos grupos escolares, portanto, passam a ser concebidos a partir de determinações desta equipe, onde são claras as recomendações quanto ao programa arquitetônico:

[...] salas de aulas amplas, claras e bem ventiladas, de seis metros por oito, com pé direito de 3,60m e pintadas entre o creme e o verde claro; dependências de trabalho; um auditório, com área igual de três ou quatro salas de aula, destinado às mais variadas funções como educação física, jogos, canto, cinema educativo, sala de festas, de reuniões sociais, de assembléia de pais e mestres etc; sala de leitura [...] instalações de assistência médica, dentária e higiênica entre as

quais chuveiros para habituar as crianças ao asseio; anexos para administração e para os professores [...].(op cit., p. 74).

Neste período, a Comissão investiu também nos aspetos estéticos, optando pela arquitetura moderna, que estaria em consonância com as novas tendências educacionais escolanovistas, onde a criança é o centro de aprendizagem e a escola tem que ser alegre, acolhedora, bonita, espaçosa, higiênica, para possibilitar uma educação integral (Idem, p, 75). No entanto, a autora comenta que estes prédios apenas introduziram novos espaços como auditório e museu, mas o estilo ainda era eclético. Foi somente com os projetos do arquiteto-engenheiro José Maria da Silva Neves, que os prédios incorporam os princípios modernistas, usando formas geométricas simples, adotando o concreto armado, propondo estrutura independente da vedação, pátios internos sob pilotis e grandes aberturas envidraçadas ((Idem, p, 78).

Neste sentido, o estilo neocolonial iniciado em São Paulo, no que se refere à arquitetura escolar, foi uma transição entre o neoclassicismo e ecletismo para o modernismo, tendo este último, dentro de uma visão atual, mais harmonia com as tendências da educação com a arquitetura, a partir dos prédios construídos por Silva Neves.

No Rio de Janeiro, onde as transformações urbanas acontecem sob a administração de Francisco Pereira Passos (1902 – 1906), parte do centro antigo é demolida, e em suas principais avenidas encontram-se exemplares do ecletismo, acontecendo o mesmo com as escolas públicas. Nesta fase a modernização significava a mudança da velha paisagem colonial da cidade para as fachadas ecléticas que ora se erguiam.

Posterior a estas manifestações e à 1ª Grande Guerra, começam outras mudanças, desta vez uma busca de identidade nacional, como já foi explicitado no item anterior, surge o movimento neocolonial no Brasil, de uma modernidade controvertida aos olhos de hoje, mas para época, era o avanço sob o ponto de vista nacionalista. No Rio de Janeiro, na década de 1920, este movimento adquire visibilidade influenciando outras cidades brasileiras.

Por que o movimento neocolonial se tornaria arquitetura oficial das escolas no Rio de Janeiro (Distrito Federal)?

Na década de 1920, aqui e em vários países a reestruturação do sistema educacional de ensino se encontra em transformação e adaptação social. A educação no Brasil se insere nesta renovação fundamentada no ideário escolanovista, iniciando com a reforma de Sampaio Dória (1920) em São Paulo. Em seguida, Fernando de Azevedo assume a reforma educacional no Distrito Federal (1922-1926). Para este, a arquitetura escolar é uma das peças do sistema educacional, portanto, devendo se enquadrar dentro dos princípios educacionais e ao mesmo tempo contribuir para a descoberta e preservação das tradições nacionais. É nesse momento, que na administração de Antônio Prado Jr. – Fernando de Azevedo no Distrito Federal e Washington Luis na Presidência da República, que se encontram oficialmente a Escola Nova e o Neocolonial. Neste sentido, para a visão modernista dos intelectuais da época, o neocolonial, nascido das aspirações nacionalistas da década de 1920, veio a ser a arquitetura escolhida para representação das tendências modernizantes em prol da Escola Nova (OLIVEIRA, 1991).

Encontram-se no Rio de Janeiro sob a influência do estilo neocolonial, as Escolas Argentina e Uruguai, projeto de Nereu Sampaio e Gabriel Fernandes, em Triagem e a Escola Henrique Dodsworth, no jardim de Alá, Ipanema; a Escola Municipal Soares Pereira na Tijuca e o Instituto de Educação.

O projeto da Escola Argentina, segundo Oliveira (1991: 59), vai responder “aos requisitos modernos de instalações escolares, tanto no que diz respeito à iluminação e aeração, quanto à higiene e pedagogia”. A mesma autora transcreve em sua pesquisa a descrição do próprio autor do projeto destacando

[...] que as salas estão completamente isoladas, de maneira a impedir que os trabalhos de uma classe sejam perturbados pela vizinhança das outras; a iluminação natural esta foi calculada de modo que nas classes não haja nem excesso nem deficiência de luz, pois as janelas basculantes e com réguas móveis poderão regular a passagem dos raios luminosos refletidos; a aeração natural está garantida pela distribuição de aberturas, com janelas basculantes, colocadas em alturas convenientes [...] a pintura dos ambientes em cores neutras que descanssem a vista, e finalmente a colocação de quadros negros, em alturas que fiquem dentro dos limites do campo de visão dos alunos [...] (op. cit., p. 59-60).

A maior obra oficial neste estilo segundo Bruand (1979) é a Escola Normal do Rio de Janeiro, obra de Ângelo Bruhns e do Português José Cortez. Santos (1997) a considera de grande importância pela demonstração de adaptabilidade do estilo a um edifício de porte monumental. Os espaços de circulação são amplos para proporcionar aos alunos a sensação de liberdade total de movimento e para melhor qualidade acústica das paredes, todas as paredes das salas de aula são duplas.

As características do espaço interno, com pátio aberto e galerias triplas superpostas fazem alusão aos antigos colégios jesuítas. Externamente, sua fachada com frontispício central rememora algumas igrejas de conventos em Pernambuco. A simetria absoluta do conjunto enfatiza a tendência clássica e a monumentalidade, embora a fantasia não seja excluída, se expressando nos detalhes.

Desta forma, o estilo arquitetônico vigente no então Distrito Federal viera influenciar outras cidades em que estava ocorrendo reforma educacional, inclusive Fortaleza.

3.1 A ARQUITETURA ESCOLAR EM FORTALEZA NOS ANOS 1920-30

Em Fortaleza, alguns grupos escolares já existiam no começo do século XX, contudo, é na Reforma Educacional de 1922 que encontraremos a construção dos Grupos Escolares Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira (posteriormente Juvenal Galeno, e atualmente Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvenal Galeno) com características do Movimento Neocolonial, o que de certa forma se explica pela autoria dos dois projetos serem do arquiteto Armando Oliveira, que fazia parte do grupo de arquitetos cariocas que aderiram ao estilo tradicional.

O Grupo Escolar Fernandes Vieira, embora com elementos neocoloniais, permanece a característica neoclássica na utilização da simetria na fachada. (CASTRO, In: CBA. vol.9. 1982).



Foto 6: Grupo Escolar Visconde do Rio Branco
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2006



Foto 7: Grupo Escolar Fernandes Vieira
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2006

No Ceará, apesar dos grandes problemas de analfabetismo, já conhecia a reforma na educação primária e normal através das viagens de estudo e observação dos estudiosos envolvidos com a educação, tais como José de Barcellos e Amaro Cavalcante.

Segundo Cavalcante (2000), o clima intelectual era propício a reformulação do ensino. Neste sentido que o Professor João Hippolyto, a par do movimento de inovação escolar em curso na Europa e Estado Unidos, teve a iniciativa de solicitar ao Presidente do Estado do Ceará, Dr. Justiniano de Serpa, encaminhasse ao governo do Estado de São Paulo a solicitação de um professor para ocupar as cadeiras de Psicologia e Didática na Escola Normal de Fortaleza.

Com a vinda do professor Lourenço Filho ao Ceará, em 1922, trouxe um novo impulso ao ideal renovador que já se encontrava no espírito dos que dirigiam a Escola Normal. E, desta forma, se implantou com apoio do governo a uniformização dos métodos de ensino, aproximando a escola primária e normal da realidade local.

Observa-se que a Reforma de 1922 no Ceará, teve repercussões no currículo escolar, nas aparelhagens, no espírito didático, inclusive na condição de impor a construção de prédio destinado à Escola Normal, tendo sido considerada “escola-modelo”. Esta reorganização da escola primária e normal constitui até os anos 50 o mais representativo dos caminhos do Ensino Normal neste Estado, promovendo a reorganização da escola de formação de professores primários, a Escola Normal, suprimindo disciplinas, criando outras, aplicando práticas escolares que se fundam nos princípios da “escola nova”.

E, pela primeira vez, foi implantado, segundo Sousa (1961, p. 319), um programa de construção de prédios escolares apropriados aos trabalhos educacionais, inclusive com a participação das diversas prefeituras que forneciam edificações para a instalação de escolas nas principais cidades e vilas do Ceará. Foram criados, entre 1922 e 1923, dez grupos escolares em vários locais do estado, criados e reorganizados cinco grupos escolares na capital e instaladas escolas reunidas em dezoito municípios.

A renovação cultural do professorado cearense na década de 20, permitiu que a escola primária cearense se enquadrasse no movimento de renovação que se processava no Brasil. Dentro deste contexto educacional já nos anos 30, encontra-se como um dos princípios do escolanovismo, segundo Buffa (2002), a necessidade de se colocar a criança como centro do processo de ensino-aprendizagem, e, mais ainda, educá-la para viver num mundo em constante transformação.

Nos anos 30 do século XX, a história brasileira é marcada por significativos acontecimentos. Ocorrem rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais com a ordem anterior. Este período é caracterizado como de “origem” do projeto desenvolvimentista, onde Getúlio Vargas pôs fim à República Velha. É quebrada a hegemonia política das oligarquias regionais, abrindo espaço para inserir novos atores no universo restrito das elites dirigentes do país (Bielschowsky, 2000).

Segundo Buffa (2002, p. 64), há um espantoso aumento da população urbana, que, em consequência, traria “o aumento da procura por educação escolar, pois o diploma possibilitava o acesso a essas novas funções sociais.” O cenário se apresentava ainda com precariedade de prédios escolares e a falta de construções para um número de crianças que crescia e demandava escolarização.

Os intelectuais da época, envolvidos com a escolarização, participaram das transformações ocorridas na educação em vários estados. Entre eles figuram Fernando de Azevedo, que foi Secretário da Instrução Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo; Anísio Teixeira, na Bahia; Lourenço Filho, no Ceará, e Carneiro Leão, em Pernambuco. Posteriormente, estes e mais um grupo de educadores, em resposta as ações do Ministério da Educação e Saúde do Governo Vargas, lançaram, em 1932, ao povo e ao governo, um Manifesto, que ficaria conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Em 1933, quando Fernando de Azevedo foi Diretor Geral da Instrução Pública, empreendeu uma reforma do ensino e instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo com o objetivo de unificar toda legislação escolar, que segundo Buffa (op. cit. p.67), em seu capítulo sobre serviço de prédios e instalações escolares, tinha por objetivo “propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações pedagógicas que façam dele centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização”.

Neste período, em Fortaleza é construída e inaugurada em 1935, a sede definitiva do Liceu, na Praça Gustavo Barroso. Segundo Cals (2002), o projeto arquitetônico é de autoria do Escritório Clóvis de Araújo Janja. O prédio já apresenta algumas características do estilo *Art Décor* embora a planta e a simetria de fachada, desde a escadaria central marcando a porta de entrada e as circulações de salas de aula em torno de um pátio aberto central, não difere das escolas em estilo Neoclássico e também Neocolonial.

Outro fato marcante nesta época é a instalação oficial do primeiro “jardim de infância”, O Serviço de Educação Infantil, posteriormente denominado Escola Alba Frota, inaugurado em 1937 em Fortaleza que permaneceu no mesmo local até 1990. Foi construído no logradouro público do Parque da Liberdade, “atendendo à velha aspiração de Froebel: - facilitar ocupação adequada a todo ser; robustecer o corpo, exercitar os sentidos, favorecer o desenvolvimento do espírito, pôr a criança em íntimo contato com a natureza e com o mundo e, sobretudo, guiar, pelo caminho certo, o coração e os sentimentos, contribuindo, assim, para a unidade de caráter” (SOUSA, 1961, p. 97).

Numa concepção avançada para a época em relação à educação infantil, de concepção pedagógica que compartilhava com a da Reforma Educacional de 1922, a localização privilegiada da escolinha Alba Frota caracteriza-se pelo amplo espaço natural, pelos seus recursos hídricos e de arborização, como modelo de centro de educação pré-escolar integrado à natureza. Tanto as construções, quanto a os muros com grades e portões de entrada do parque apresentam, mesmo que tardiamente, características e detalhes do Neocolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento da pesquisa podemos fazer algumas considerações mais iniciais do que finais, pois a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento e o trabalho de campo apenas teve uma primeira aproximação. De todo modo, sobre as leituras e investigações a respeito dos movimentos arquitetônicos vigentes no período de estudo, podemos apresentar o movimento Neocolonial como responsável por uma ruptura de atitude em relação à importação de modelos e pela origem dos estudos de patrimônio cultural e histórico no Brasil. Além de estilo amplamente utilizado na arquitetura institucional no Distrito Federal que influenciou várias cidades brasileiras, incluindo a arquitetura escolar na cidade de Fortaleza.

No que se refere às escolas selecionadas para estudo em Fortaleza, podemos afirmar que embora tenham sido construídas num período de duas décadas, a tendência pedagógica em todas elas apontam, de forma geral, como provenientes da Escola Nova. E quanto a sua arquitetura, apresentam semelhanças na tipologia da configuração espacial, embora quanto ao estilo apresente variações.

A Escola Normal, construída em 1923, traz elementos decorativos em sua fachada que a caracterizam como eclética, embora sua simetria ainda siga o padrão neoclássico. Os Grupos Escolares Visconde do Rio Branco e Fernandes Vieira (1923), são notadamente de características do neocolonial, assim como as salinhas de aula e ao portões e murada do Parque da Escola Alba Frota (1937). Enquanto o prédio do Liceu (1935), embora de porão alto e simetria como a Escola Normal, os elementos decorativos em sua fachada são simplificados/geometrizados, com características de *Art Décor*.

NOTAS

¹ Até o momento as referências encontradas sobre o assunto são: CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. Capítulo "Tipologia", p. 105-127; PEVSNER, Nikolaus. Historia de las tipologias arquitectonicas. 2.ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. 447p.; ARGAN, Giulio Carlo. Sobre o conceito de tipologia arquitetônica. In: Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2000, p. 65-70.; TAVARES FILHO, Arthur. Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico: os casos das Escolas Municipais Estados Unidos e República Argentina. Dissertação Mestrado PROARQ/FAU/UFRJ, 2005.

² Pedagogia do filósofo Johann Friedrich Herbart (1776-1841) – paradigma da pedagogia laica, com grande impacto nos Estados Unidos no período entre o final do séc. XIX e XX.

³ Associada às primeiras organizações do proletariado urbano no Brasil. Das concepções que aportaram no Brasil, o Educador Francisco Ferrer y Guardiã (1859-1909) ganhou mais adeptos. Educação com base em quatro pontos: educação de “base científica e racional”; dicotomia entre instrução e educação; educação moral com menos teoria do que prática; adaptação do ensino ao nível psicológico das crianças. Estes princípios se uniam a outros das chamadas “escolas modernas”.

⁴ CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - é o órgão estadual responsável pela identificação, classificação, restauração e preservação dos bens móveis e imóveis existentes no território do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Tradução; Ana M. Goldberger. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas , 1893/1971**. São Carlos; Brasília: EdUFSCar; INEP, 2002. 174p.

CALS, Maurício. **O Centro Histórico de Fortaleza – ensaio fotográfico**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CASTELO, Plácido A. **História do Ensino do Ceará**. Monografia n.22, (Coleção Instituto do Ceará). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

_____, José Liberal de. **Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos**. In CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA Vol. 9. *Panorama da Arquitetura Cearense*. Vol. I. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda, 1982.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 2000. 204 p.

_____, Maria Juraci M.; et al. **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____, M. J. M.; BEZERRA, J. A. B. **História da Educação: instituições, protagonistas e práticas**. Fortaleza: LCR, 2005.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia de Arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. 216 p. (Guias da Arquitetura do Rio de Janeiro).

FARIA FILHO, L. M. de.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Ago n.14 . 2000. PP. 19-34

FRAGO, António Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152p.

GHIRALDELLI Junior. Paulo. **História da Educação**. 2 ed. (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1992.

GIRÃO, Raimundo. Educandários do Ceará. In: MARTINS FILHO, A. e GIRÃO, R. **O Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1945.

LOPES, Antônio de Pádua. *Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade*. In: VIDAL, Diana (Org). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Esther. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. Vídeo conferência In: II Colóquio sobre Pesquisa de instituições Escolares UNINOVE, São Paulo, 2005. Texto PDF.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928-1940)**. Tese – FAUUSP. 1991.

OLINDA, Ercília Braga de. **Formação integral do educando no tempo da escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Valença, Rio de Janeiro: Ed.Valença S.A , 1977.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da Educação).

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas escolares**. Revista PROJETO. ISSN 0101-1766. Ed. 87. maio de 1986. p. 64-65.

SOUSA, J. Moreira de. **Sistema educacional cearense**. Recife: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1961 347 p. ISBN (broch.)

TAVARES FILHO, Arthur. **Reflexões sobre a noção de tipo morfológico e o programa arquitetônico: os casos das Escolas Municipais Estados Unidos e República Argentina**. Dissertação - PROARQ/FAU/UFRJ, 2005.

VASCONCELOS J. Gerardo. et. al (Orgs). **Interfaces metodológicas na história da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 400p.